

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 947.935 - RS (2016/0178144-4)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : EDY GOMES CASSEMIRO**  
**ADVOGADOS : JOEL GONÇALVES DE LIMA JÚNIOR E OUTRO(S) - PR036564**  
**JOSE RUBENS CAFARELI - PR016285**  
**ADVOGADOS : SILVANE BOSCHINI LOPES - PR061704**  
**ANA ELISA MARCHESINI CAFARELI - PR069400**  
**BERNARDO TEIXEIRA BATISTA - PR073900**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de EDY GOMES CASSEMIRO, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra decisão que inadmitiu recurso especial, o qual desafia acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 151):

TRIBUTÁRIO. ANULATÓRIA. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. EXCLUSÃO DOS JUROS DE MORA. IRRELEVÂNCIA DA CONDUTA DO CONTRIBUINTE.

1. A argumentação da autora esbarra na literal disposição do art. 161 do CTN, pois não se perquire o motivo determinante da falta, para efeito de incidência de juros de mora. Assim, somente se o principal (o tributo) não fosse devido, seria possível excluir os juros de mora.
2. Não merece guarida a alegação de que o tributo não poderia ser exigido, por ter havido induzimento em erro do contribuinte, uma vez que é irrelevante a conduta do contribuinte, no tocante à mora.
3. A incidência dos juros de mora sobre o valor do imposto origina-se do descumprimento das obrigações para com o Fisco.
4. Os juros de mora são devidos e exigíveis na forma da lei (art. 161, CTN), sendo despropositada a pretensão de dispensa ou afastamento dos juros.

Os embargos declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 167/171).

No apelo nobre, a recorrente afirma a existência de ofensa ao art. 535 do CPC/1973, por entender que os aclaratórios foram rejeitados sem que fossem sanados relevante vício de omissão ali ventilado.

Aponta violação dos arts. 136, 137 e 161 do CTN, ao argumento de que "a própria redação do art. 161 alude à incidência dos juros 'sem prejuízo da imposição de penalidades', deixando nítida, pois, a vinculação da incidência dos juros de mora com as normas gerais tributárias sobre penalidades contidas nos arts. 136 e 137 do CTN. Argumenta que o art. 136 do CTN não adota a teoria da responsabilidade objetiva do contribuinte, ao contrário, "demanda perquirir o elemento subjetivo da falta" (e-STJ fl. 182).

Sustenta que, como foram os valores declarados pela contribuinte como isentos, diante da informação fornecida pela fonte pagadora, seria incabível "imputar ao beneficiário dos rendimentos a exigência de juros de mora" (e-STJ fl. 183).

Contrarrazões apresentadas.

Contra a decisão que não admitiu o recurso especial foi interposto agravo, o qual foi devidamente contraminutado.

Passo a decidir

Inicialmente, destaco que o Plenário do STJ decidiu que “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” (Enunciado Administrativo 2).

Dito isso, quanto à alegada ofensa ao art. 535 do CPC/1973, não se vislumbra nenhum equívoco ou deficiência na fundamentação contida no acórdão recorrido, sendo possível observar que o Tribunal de origem apreciou integralmente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, não se podendo confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, consoante entendimento desta Corte, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações das partes nem tampouco a rebater um a um todos seus argumentos, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como ocorre na espécie.

O Tribunal de origem consignou que seriam devidos juros de mora sobre o crédito tributário de Imposto de Renda exigido, na forma do art. 161 do CTN, asseverando que não merece guarida a alegação de que o tributo não poderia ser exigido, por ter o contribuinte sido induzido a erro.

Do voto condutor do julgado, transcrevo os seguintes excertos, que bem demonstram os fundamentos que prevaleceram na hipótese (e-STJ fls. 148/149):

Sustenta a autora que foi induzida em erro ao declarar os valores, porquanto a empresa SOPACO, ao distribuir tais valores, classificou-os como isentos de tributação pelo imposto de renda.

A argumentação da autora esbarra na literal disposição do art. 161 do CTN, pois não se perquire o motivo determinante da falta, para efeito de incidência de juros de mora. Assim, somente se o principal (o tributo) não fosse devido, seria possível excluir os juros de mora.

Não merece guarida a alegação de que o tributo não poderia ser exigido, por ter havido induzimento em erro do contribuinte.

(...)

Assim, considerando que houve claramente operação fraudulenta que redundou na autuação da empresa distribuidora dos valores e que a autora fez parte da empresa, não há como acolher a tese de induzimento em erro.

Ressalto que não há como desvincular a autora dos atos praticados pela empresa SOPACO, e, em face da autuação fiscal, deve também responder pelos resultados decorrentes da fiscalização realizada pela autoridade fazendária na empresa em que é sócia.

Por conseguinte, afastada a tese de induzimento em erro, uma vez que é

# *Superior Tribunal de Justiça*

irrelevante a conduta do contribuinte, no tocante à mora.

Portanto, os arestos mencionados pela autora em seu apelo não são aplicáveis ao caso em discussão, posto que não têm qualquer semelhança com o caso tratado.

Nesse andar, a incidência dos juros de mora sobre o valor do imposto origina-se da mora do contribuinte, evidenciada pelo descumprimento das obrigações para com o Fisco.

(...)

Dessa forma, os juros de mora são devidos e exigíveis na forma da lei (art. 161, CTN), sendo despropositada a pretensão de dispensa ou afastamento dos juros.

Do excerto transcrito, observa-se que o Tribunal de origem, diante do acervo fático-probatório dos autos, afastou a tese de indução a erro relativamente aos valores declarados para fins de Imposto de Renda.

Nesse contexto, não há como, em sede de recurso especial, cujo rito se encontra adstrito à matéria de direito, conhecer de debate que demande o revolvimento de matéria fática, uma vez que essa ação é claramente inviável sob a égide da Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a" e "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Sem condenação ao pagamento de honorários recursais, por se tratar de recurso interposto na vigência do CPC/1973.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator